

Carlos Alberto Rodrigues

**Os Acordos na Esfera**

---

**entre Órgãos**

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2020

*Copyright* © 2020 by Carlos Alberto Rodrigues

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Patricia Castillo

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

R696a

Rodrigues, Carlos Alberto

Os acordos na esfera federal e a controvérsia entre órgãos/ Carlos Alberto Rodrigues. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.

204 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 165-180.

ISBN 978-65-5510-087-7

1. Direito administrativo. 2. Acordo de leniência. 3. Corrupção administrativa - Brasil. 4. Programas de compliance - Brasil. 5. Ética. I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>Apresentação .....</b>	<b>XXI</b>
<b>Lista de abreviaturas e siglas.....</b>	<b>3</b>
<b>1. Corrupção .....</b>	<b>7</b>
1.1 O problema da corrupção.....	7
1.2 As raízes da corrupção.....	25
1.3 Operações anticorrupção significativas: mãos limpas versus lava jato .....	30
1.4 A questão da ética .....	44
1.5 As empresas e sua adequação: Governança, gestão de riscos, auditorias, controles internos, programa de integridade e transparência .....	50
<b>2. Normativas anticorrupção e leniência.....</b>	<b>57</b>
2.1 Normas internacionais .....	58
2.1.1 A Convenção Interamericana contra a Corrupção (OEA) .....	58
2.1.2 A convenção da organização para a cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE) .....	60
2.1.3 A convenção das Nações Unidas contra a corrupção (ONU) .....	63
2.2 Normas nacionais estrangeiras .....	64
2.2.1 <i>Foreign Corrupt Practices Act (FCPA)</i> .....	64

2.2.2 <i>United kingdom Bribery Act (UKBA)</i> .....	66
2.3 Normas brasileiras .....	68
2.3.1 A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988) .....	68
2.3.2 Leis Infraconstitucionais: Código Penal; Lei de Improbidade Administrativa (LIA); e a Lei das Licitações .....	69
<b>3. Acordos de leniência</b> .....	77
3.1 Origem dos acordos.....	78
3.2 Conceitos de leniência e objetivos.....	82
3.3 Requisitos e benefícios legais dos acordos.....	86
3.4 Tipologia dos acordos no Brasil.....	87
3.5 Responsabilidade governamental, empresarial e individual .....	89
3.6 Aderência: direito econômico, direito administrativo sancionador e, ou direito penal .....	91
3.7 Repercussões administrativas, cíveis e criminais dos acordos de leniência.....	95
3.8 Consequências materiais dos acordos de leniência – a recuperação dos valores envolvidos .....	97
3.9 Os acordos e a segurança jurídica .....	100
3.10 A Colaboração Premiada e os Termos Consensuais: TAC & TCC .....	102
<b>4. A lei anticorrupcao – acordos de leniência, decreto regulamentador e leis lenientes afins</b> .....	107

4.1 Disposições gerais da lei anticorrupção .....	108
4.2 Atos lesivos à administração pública Nacional e Estrangeira .....	111
4.3 Responsabilização administrativa .....	114
4.4 Processo administrativo de responsabilização.....	116
4.5 Acordos de leniência .....	119
4.6 Responsabilização Judicial .....	124
4.7 Disposições finais da lei anticorrupção .....	127
4.8 Acordo anticorrupção, suas fases e o descumprimento .....	131
4.9 Acordos de leniência de leis afins .....	134
4.9.1 Leniência antitruste – cade .....	134
4.9.2 Leniência do sistema financeiro brasileiro – Bacen & CVM.....	138
4.9.3 Leniência – MPU.....	139
4.10 Os diversos acordos assinados .....	141
<b>5. Leniência, celeridade processual, compliance, consensualidade e cooperação .....</b>	<b>143</b>
5.1 Os acordos como meios de celeridade processual e de acesso à justiça .....	143
5.2 Mecanismos de integridade: <i>Compliance</i> .....	145
5.3 Os acordos de leniência e os colaboradores delatores: <i>whistleblowing &amp; reverse whistleblowing</i> .....	150
5.4 A controvérsia entre os órgãos ou cooperação .....	152

5.5 As Técnicas Consensuais de Solução de Controvérsias e a Desjudicialização .....	157
5.6 Desafios e Perspectivas .....	159
<b>Considerações finais.....</b>	<b>161</b>
<b>Referências.....</b>	<b>165</b>